

A Eucaliptização da Microrregião de Três Lagoas¹

Mieceslau Kudlavic²

RESUMO: Entendendo como Oliveira que “o desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo brasileiro é contraditório e combinado” (OLIVEIRA, 2005, p.73), afirmamos que, ao mesmo tempo em que se desenvolvem relações capitalistas no campo, com o aumento do assalariamento de trabalhadores (bóias frias), também se reproduzem relações camponesas de produção (não capitalistas). São contradições que se aprofundam na medida em que o processo do capitalismo monopolista avança no campo territorializando-se, agravando assim a disputa pelo território entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Isto significa dizer que o território brasileiro está atualmente em disputa pelo agronegócio e pelo campesinato, apesar deste último ter seu desaparecimento decretado no final do século XIX. Para este trabalho faremos uma breve referência à década de 1970 quando as terras do cerrado do Centro Oeste brasileiro ainda se encontravam sem importância para a atividade agropecuária. Em parte porque distante de grandes centros urbanos e sem uma infra-estrutura básica de rodovias e ferrovias, não facilitava o escoamento da produção bem como a inexistência de silos e armazéns para armazenagem da produção até o momento da comercialização. Daremos ênfase maior na análise comparativa dos dados dos dois últimos Censos Agropecuários do IBGE de 1995/96 e de 2006, procurando evidenciar também como o discurso ideológico em favor do monocultivo do eucalipto oculta a importância da presença do campesinato em relação à sua participação na produção e enquanto sujeitos sociais que também disputam parte deste território dominado pelo capital.

Palavras-chave: agricultura camponesa; agronegócio; monocultivo de eucalipto.

La eucaliptización de la microrregión de Tres Lagoas

RESUMEN: Entendiendo como Oliveira que “el desarrollo del modo capitalista de producción en el campo brasileño es contradictorio y combinado” (OLIVEIRA, p.73, 2005), afirmamos que, al mismo tiempo en que se desarrollan relaciones capitalistas en el campo, con el aumento del salario de los trabajadores, también se reproducen relaciones campesinas de producción (no capitalistas). Son contradicciones que se profundizan a medida en que el proceso del capitalismo monopolista avanza en el campo territorializándose, agravando así la disputa por el territorio entre el agronegocio y la agricultura campesina. Esto quiere decir que el territorio brasileño está actualmente en disputa por el agronegocio y el campesinado, aunque este último debió haber desaparecido según lo decretado, al final del siglo XIX. Para este trabajo hacemos una breve referencia a la década de 1970, época en que las tierras del cerrado del Centro Oeste brasileño aún no tenían la importancia para la actividad

¹ A primeira versão deste artigo está publicada nos Anais do ENSUL, realizado em Três Lagoas, nos dias 23 a 27 de novembro de 2010. É também parte do projeto de pesquisa de mestrado, intitulado: *Dinâmica agrária e a territorialização do complexo celulose/papel na Microrregião de Três Lagoas/MS*, defendida em 2011.

² Mestre em Geografia, UFMS/CPTL, agente da Comissão Pastoral da Terra, MS.

agropecuária. Em parte, porque se encontra distante de los grandes centros urbanos y sin una infraestructura básica de carreteras y ferrovías, que no facilitaban la salida de la producción, así como la inexistencia de silos y almacenes para almacenar la producción hasta el momento de la comercialización. Daremos más énfasis al análisis comparativo de los datos de los dos últimos Censos Agropecuarios del IBGE de 1995/96 y de 2006, buscando evidencias también para saber cómo el discurso ideológico en favor del monocultivo del eucalipto oculta la importancia de la presencia del campesinado en relación a su participación en la producción y en tanto sujetos sociales que también disputan parte de este territorio dominado por el capital.

Palabras clave: agricultura campesina; agronegocio; monocultivo del eucalipto.

INTRODUÇÃO

O governo militar brasileiro, com o objetivo de realizar a integração nacional do território brasileiro, elabora uma política de ocupação racional dos cerrados do Centro Oeste, lançando em 1974 o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND).

Esta política desenvolvimentista adotada pelos militares será importante para expandir a produção pecuária e de modo particular o plantio de eucaliptos e pinus na Microrregião de Três Lagoas. De forma que nos anos de 1970 a 1980 foram ocupados 416.653 hectares de terras com plantio de eucalipto e pinus, nos municípios de Ribas do Rio Pardo, Água Clara e Três Lagoas, que deveriam ser aproveitados pela indústria madeireira, de movelaria e de papel e celulose.

Tabela 1 - Plantios de eucalipto em hectares no eixo Campo Grande Três Lagoas nos anos de 1972-1983

Ano	Ribas do Rio Pardo		Três Lagoas		Água Clara	
	Eucalipto	Pinus	Eucalipto	Pinus	Eucalipto	Pinus
1972	489,08	210,00	1.597,08	---	837,24	---
1973	7.426,88	548,64	630,00	---	1.892,37	---
1974	2.343,27	540,92	13.344,20	---	1.487,75	---
1975	18.883,09	-----	4.678,14	---	2.794,27	---
1976	26.178,96	361,60	9.855,52	---	5.439,11	4.270,53
1977	56.466,77	705,16	18.191,68	---	9.989,58	8.619,04
1978	22.312,32	64,47	4.090,92	---	8.446,97	---

1979	31.086,78	3.918,00	8.103,70	---	3.100,00	2030,00
1980	30.975,15	5.106,80	2.500,00	2.500,00	4.500,00	1.490,00
1981	21.487,43	2.890,00	6.040,33	---	6.899,70	3.000,00
1982	24.679,62	4.144,00	830,00	---	3.394,87	3.400,00
1983	4.153,56	4.232,25	----	---	1.500,00	2.000,00
TOTAL	246.481,91	22.721,74	69.861,57	2.500,00	50.281,86	24.809,57

Fonte: CODESUL, julho de 1985.

Neste sentido, este artigo tem por objetivo discutir as contradições que se dão na relação terra-capital presente nas formas de uso e ocupação do solo da Microrregião de Três Lagoas e do Estado de Mato Grosso do Sul. Contradições que se aprofundam na medida em que o processo do capitalismo monopolista avança no campo territorializando-se, e agrava assim a disputa pelo território entre o agronegócio e a agricultura camponesa. Isto significa dizer que o território brasileiro está atualmente em disputa pelo agronegócio e pelo campesinato, apesar deste último ter seu desaparecimento decretado no final do século XIX.

Nós fazemos parte daqueles estudiosos da questão agrária para os quais o desenvolvimento do capitalismo no campo não se dá de forma homogênea, mas pelas contradições. Portanto é neste território monocultor e de terras concentradas da Microrregião de Três Lagoas que se realiza também, de forma contraditória, a reprodução camponesa nas lutas para ocupar e reconquistar frações deste território capitalista.

Lutas essas concretizadas na conquista de 10 (dez) projetos de assentamentos de Reforma Agrária, e de 1.147 famílias beneficiadas com uma parcela de terra para nela morar e produzir. Apesar da estrutura fundiária da Microrregião de Três Lagoas ser uma das mais concentradas no MS, é nesta mesma região que os camponeses, “teimosamente”, resistem e insistem em se reproduzir socialmente apesar de todas as adversidades. E respondem por uma percentagem significativa da produção animal e vegetal, apesar da dinâmica da estrutura fundiária e de produção estar baseada, nas últimas três décadas, no monocultivo do plantio de eucalipto e de pastagens para pecuária.

Comparando os dados dos Censos Agropecuários de 1995/96 e de 2006 buscamos evidenciar também como o discurso ideológico em favor do monocultivo

do eucalipto oculta a importância da presença do campesinato em relação à sua participação na produção e enquanto sujeitos sociais que também disputam parte deste território dominado pelo capital.

Todavia, nesta análise das contradições é preciso considerar a desproporcionalidade do embate entre agronegócio e camponeses. Pois o agronegócio, ao mesmo tempo em que avança e transforma o eucalipto na commodities de celulose e papel, negociada pelas bolsas de valores de Nova York e Tóquio, no âmbito local/regional super valoriza o preço da terra e cria a ilusão do emprego fácil e abundante no campo e na cidade. Logo, este processo de expansão consegue o apoio dos proprietários de terra e burgueses, bem como de parte dos trabalhadores, porque oculta de forma eficaz o bloqueio à Reforma Agrária que está no centro desta aliança terra-capital³.

Por conseguinte, na esteira dessa expansão transforma a Microrregião num deserto verde como são conhecidos os monocultivos do eucalipto, e que destroem o modo de vida camponês construído num processo histórico de longas décadas. É preciso dizer que se trata de um modo de vida de relações sociais complexas e de difícil reconstrução em outro lugar.

Porém, a possibilidade histórica de inversão de forças e da mudança está no fato de que estes camponeses respondem por uma percentagem significativa da produção animal e vegetal da Microrregião de Três Lagoas, como revelam os dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, ou seja, estabelecimentos com menos de 10 e de 50 hectares ocupam 2,09% da área total e aqueles acima de 1000 hectares, controlam 76,93% da área total.

ANALISANDO OS DADOS DOS CENSOS AGROPECUÁRIOS

A seguir analisamos os dados do último Censo Agropecuário do IBGE e sua posterior comparação com os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, para explicitar como este processo do desenvolvimento capitalista no campo se realiza no estado de Mato Grosso do Sul e, em particular, na Microrregião de Três Lagoas.

³ Segundo Martins, em sua obra *O Poder do Atraso* (1994), afirma que no Brasil a propriedade da terra não se tornou empecilho para a reprodução do capital na agricultura porque o governo por meio dos incentivos fiscais injetou muito dinheiro aos latifundiários para se modernizarem sem precisar fazer a reforma agrária (MARTINS, 1994, p.80)

Esta Microrregião de Três Lagoas é considerada, historicamente, uma região onde as terras eram e são vistas principalmente como reserva de valor. O que significa dizer que os capitalistas as colocam para produzir quando tem certeza que podem extrair maior renda da terra. Assim foi na década de 1970 com os incentivos fiscais no governo militar, o mesmo na década de 1990 com a vinda da Champflora e, agora, se repete com a instalação das indústrias de celulose e papel.

Por isso, durante as últimas três décadas a estrutura fundiária do estado de Mato Grosso do Sul permanece praticamente inalterada. Apenas o número de estabelecimentos com menos de 100 hectares sofre oscilações maiores, aumentando e diminuindo, a cada período censitário.

Porém, mantidos os altos e baixos deste estrato de área, a novidade é que o censo de 2006 registrou o aumento mais significativo do número de estabelecimentos com menos de 100 hectares, com um acréscimo de 15.750 estabelecimentos em relação ao censo de 1995/96.

Tabela 2: Estrutura Fundiária - MS – 1995/96 e 2006

Grupo de Classe s (ha)	Censo Agropecuário (1995/96)				Censo Agropecuário (2006)			
	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%	Nº de Estabelecimentos	%	Área (ha)	%
-10ha	9.170	18,55	39.680	0,13	13.396	20,65	64.817	0,22
-50ha	13.451	27,22	333.467	1,08	24.830	38,28	563.436	1,87
-100ha	4.302	8,70	303.695	0,98	4.447	6,86	310.264	1,04
-200ha	4.214	8,53	593.881	1,92	4.077	6,29	566.385	1,88
-1000 Há	11.209	22,68	5.398.798	17,45	11.209	17,28	5.428.720	18,06
-1000 Há	6.902	13,97	24.273.252	78,44	6.603	10,18	23.123.327	76,93
Sem Área	175	0,35	-----	-----	300	0,46	-----	-----

Total	49.423	100	30.942.772	100	64.862	100	30.056.947	100
--------------	--------	-----	------------	-----	--------	-----	------------	-----

Fonte: IBGE – Censos Agropecuários 1995/96 e 2006. Org: M. Kudlavicz, 2010.

Os dados do Censo agropecuário de 2006 registram um aumento significativo quanto ao número de estabelecimentos nas classes de área de até menos 10 hectares (46,09%) e de até menos 50 hectares (84,60%), enquanto que para as demais classificações de área ocorreu uma pequena redução comparada com os dados coletados pelo Censo de 1995/96.

No entanto, este fato ainda não representa em si uma desconcentração fundiária no MS apesar do crescimento dos pequenos extratos de área, porque a área ocupada por eles é muito reduzida. Ou seja, as classes de área de menos 10 e de menos 50 hectares que em 1995/96, juntas detinham 1,21% da área total, passam a ocupar em 2006 2,09% da área total no Estado. Por sua vez, os estabelecimentos de acima de 1000 hectares que em 1995/96 açambarcavam 78,44% do território sul-mato-grossense, reduzem seu domínio territorial em 1,51% segundo dados do censo de 2006. Ou seja, detém agora 76,93% da área total do Estado.

Por outro lado, mesmo sem desconcentrar a estrutura fundiária, o aumento destes extratos de área refletiu significativamente no número de estabelecimentos que passou de 49.423 no Censo 1995/6 para 64.862 no Censo 2006.

Destacamos ainda que, mesmo o aumento do número de estabelecimentos com menos de 50 ha não tenha sido suficiente para gerar desconcentração fundiária, há um saldo positivo no fato de que novas famílias vivem e trabalham no campo, conseqüência em grande parte da luta dos movimentos sociais pela reforma agrária, garantindo assim a geração de emprego e renda para um número considerável de famílias, como veremos adiante com maiores detalhes.

O número total de pessoal ocupado na área rural do Mato Grosso do Sul, de acordo com dados do censo do IBGE de 2006, registrou um aumento em relação aos dados apresentados em 1995. Acreditamos que isto se deva principalmente ao número de famílias que foram assentadas pela reforma agrária no Estado, nesta última década censitária.

O contrário ocorre em relação à média e a grande unidade, que registraram uma redução do pessoal ocupado conforme ilustra a tabela 4, apesar da mídia divulgar que o agronegócio gera milhares de empregos no campo.

Tabela 4 - Pessoal ocupado no MS.

Grupos de área total	1995		2006	
	Nº de pessoal	%	Nº de pessoal	%
Pequena	94.422	46,58	116.186	55,01
Média	45.319	22,36	37.880	17,94
Grande	62.465	30,82	56.184	26,60
Sem área	503	0,24	941	0,45
Total	202.709	100	211.191	100

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 1995/96 e 2006 org. KUDLVICZ, 2010

Estes dados do censo de 2006 revelam uma realidade que é omitida pela mídia defensora da modernização conservadora: a grande unidade de produção vai progressivamente reduzindo o número de pessoal ocupado por hectare com o passar das décadas.

Na aparência pode-se ter a impressão de que a grande propriedade oferece um número significativo de emprego, uma vez que percentualmente emprega mais que a média propriedade. Porém, se averiguarmos mais detalhadamente os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, verificaremos que as propriedades que possuem de 5.000 hectares acima somam 12.289.940 hectares e ocupam 14.498 de pessoas. O que significa 847,69 ha por pessoa, e a pequena propriedade ocupa uma pessoa a cada 13,45 hectares.

Infelizmente não é possível aplicar esta mesma análise aos dados de 2006 pelo fato do IBGE ter alterado a metodologia de classificação dos grupos de área

ocultando os estabelecimentos acima de 2.500, 5.000, 10.000 e 100.000 hectares e, conseqüentemente, ocultando a quantia de hectares ocupada por estes grupos.

Tabela 5: Pessoal ocupado na Microrregião de Três Lagoas - 1995/96 e 2006

Ano	Menos de 200	Menos de 1000	Acima de 1000	Sem declaração	Total
1995/96	2.862	4.393	9.533	158	16.946
2006	4.820	6.415	5.121	89	16.445

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 1995/96 e 2006 org. KUDLVICZ, 2010.

Analisamos o fato de que mesmo com pequeno aumento da área dos estabelecimentos com menos de 200 ha (ver tabela 2), houve neles significativo aumento de pessoas.

Em outras palavras, podemos afirmar que na medida em que o agronegócio se expande o campo se esvazia e ocorre a expulsão de agricultores. Com pequenas diferenças, o mesmo ocorre na Microrregião de Três Lagoas, apesar da média e a grande unidade ocuparem, percentualmente, mais pessoas do que a pequena. Porém, quando analisado do ponto de vista do pessoal ocupado por hectare não difere muito da média do Estado (ver tabela 6).

Tabela 6 – Número de pessoal ocupado (pessoas) por hectare em estabelecimentos agropecuários na Microrregião de Três Lagoas

	Pequena	Média	Grande
Hectares por pessoa ocupada	17,72	277,92	521,14

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do 2006. Org. Kudlavicz 2010.

A base da economia da Microrregião de Três Lagoas nas últimas três décadas se destacou pelo monocultivo do eucalipto e de pastagens para pecuária. Segundo os dados do censo de 2006, a silvicultura responde por 2,51% do valor total da produção do Estado e ocupa 0,34% do total das terras. Enquanto que na

Microrregião de Três Lagoas a silvicultura ocupa 1,86% da área total e responde por 28,58% do valor total da produção. Já em relação a pecuária, o valor da produção animal responde por 49,72% do total e ocupa 74,47% da área da Microrregião.

A tabela que segue evidencia o plantel dos animais da Microrregião de acordo com os grupos de área e a participação efetiva da pequena unidade familiar, apesar de ter posse de área de terra diminuta. Destaca-se principalmente na produção de aves e suínos (ver tabela 7).

Tabela 7 - Efetivo do rebanho por grupos de área total (ha) na Microrregião de Três Lagoas em 2006

Pecuária	Pequena	Média	Grande	Sem declaração	Total
Bovinos	93.739	647.220	2.984.415	40	3.725.418
Bubalinos	-----	54	203	-----	376
Equinos	2.813	6.853	29.665	7	39.342
Asininos	3	57	236	-----	299
Muares	108	324	4.386	-----	4.819
Suínos	15.867	2.621	75.389	-----	93.913
Ovinos	5.571	12.664	30.959		49.324
Caprinos	148	569	1.255	-----	2.009
Aves (cabeças)	46.142	55.963	12.151	180	114.436

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário do 2006, org. Kudlavicz 2010.

Segundo os dados do IBGE de 2006 a pequena propriedade⁴ ocupa apenas 5,01% da área total do Estado e detém apenas 7,57% do efetivo bovino do Estado de Mato Grosso do Sul e responde por 69,23% da produção de leite. O mesmo ocorre na Microrregião de Três Lagoas onde os estabelecimentos com menos de 200 hectares aumentaram a produção de leite em relação ao Censo de 1995/96 enquanto há uma redução violenta na produção de leite por parte dos estabelecimentos de 200 hectares acima. Ou seja, os estabelecimentos acima de 200 hectares produziram 18.010 milhões de litros de leite em 1995 e no ano de 2006 reduzem sua produção para 8.316 milhões de litros de leite. Por sua vez os estabelecimentos com menos de 200 hectares, ocupando 1,89 da área total da Microrregião e detendo apenas 2,52% do rebanho bovino responderam por 10.031 milhões de litros da produção de leite no ano de 2006. Ou seja, 54,65% da produção total de leite da Microrregião de Três lagoas (ver tabela 8).

Tabela 8 - Produção de leite (em %) na Microrregião de Três Lagoas.

Grupos de área total	1995	2006
Pequena	29,20	54,65
Media	51,89	40,21
Grande	18,27	5,10
Sem área	0,64	0,04
Total	100	100

Fonte: IBGE Censo Agropecuário de 1995/96 e 2006. Org: M. Kudlavicz, 2010.

Tanto no Estado como na Microrregião de Três Lagoas, se desenvolve uma agricultura em grandes extensões de terra, cujos produtos têm como destino principal a exportação. Neste sentido, destacamos os dados do IBGE de 1995/96 e de 2006 que evidenciam quais foram os principais usos e ocupação das terras na Microrregião de Três Lagoas.

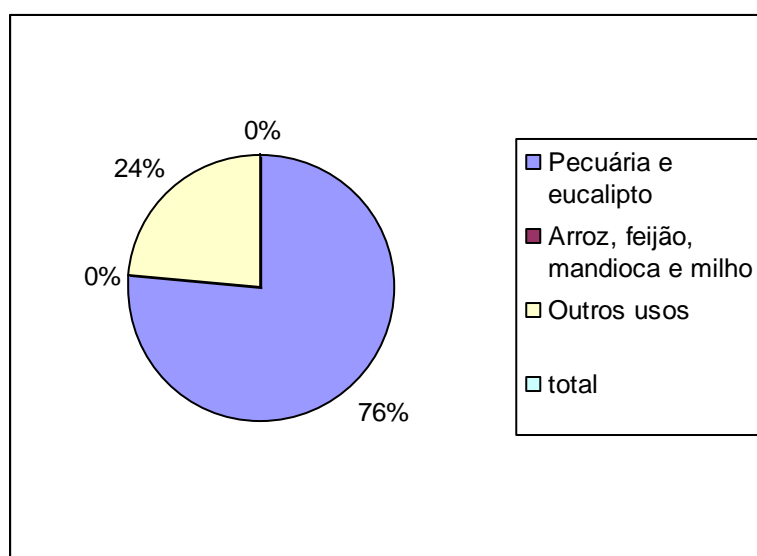
Segundo os dados do Censo Agropecuário de 1995/96, a soja (36.582 ha), a cana de açúcar (15.442 ha), as florestas artificiais (164.290ha) e as pastagens plantadas (2.966.194ha) ocupavam 3.182.448 hectares, enquanto que os produtos

⁴ Classificamos neste trabalho como pequena propriedade os estabelecimentos de menos 01 hectare a menos 200 hectares. A média de 200 a menos de 2.500 hectares. E a grande propriedade acima de 2.500 hectares.

das lavouras que fazem parte do consumo popular dos brasileiros ocupavam 9.451 hectares. Ou seja, eram destinados para o feijão 749 ha, para o arroz 512 ha, para a mandioca 340 ha e para o milho 8.850 há do total de 4.520.386 hectares que compõem as terras na Microrregião de Três Lagoas.

Estes dados também demonstram que não se trata apenas de um desenvolvimento desigual e combinado, é muito mais. Há uma desproporção descomunal entre o uso da terra para plantio de alimentos e o uso para pecuária e para o plantio de eucalipto.

Gráfico1: Utilização das terras na Microrregião de Três Lagoas em 2006



Fonte: IBGE. Censo Agropecuário de 2006. Org. Kudlavicz 2010

Os usos para pecuária e para eucalipto dominam 76% do total das terras da Microrregião, segundo os dados do Censo de 1995/96 e que se mantém esta mesma percentagem segundo os dados do Censo de 2006, enquanto que apenas 0,20% da área total de terras é utilizada para produzir arroz, feijão, milho e mandioca, que são base da dieta alimentar do povo brasileiro.

Quando se trata do município de Três Lagoas onde está instalada a Fibria, a maior fábrica de celulose do mundo em linha única, a utilização de terras para a produção dos alimentos básicos da dieta alimentar popular, é insignificante segundo os dados do Censo Agropecuário de 2006. Ou seja, foi colhida uma área de 123

(0,01% da área total) hectares de cana, de feijão, de mandioca e de milho sendo que o município possui uma área total de 932.678 hectares de terra.

Tabela 9 - Área colhida (ha) e Volume da produção (toneladas) da lavoura temporária no município de Três Lagoas em 2006

Produtos	Volume (toneladas)	Área colhida (ha)
Arroz (casca)	-----	-----
Amendoim	-----	-----
Cana	398	11
Feijão	1	-
Mandioca	165	26
Milho	126	86
Soja	-----	-----
Trigo	-----	-----

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário de 2006.

Enquanto isso, as áreas que estão ocupadas por plantios de eucalipto no Mato Grosso do Sul, e de modo particular na Microrregião de Três Lagoas, crescem numa proporção assustadora quando comparado com o restante do País, como pode ser verificado na tabela 10. No entanto, segundo divulgação feita durante a realização do II Congresso Florestal de MS em junho de 2010, em Campo Grande, estes dados já estão superados. Atualmente são 330 mil hectares plantados com pinus e eucalipto no Estado.

Tabela 10: Crescimento das Florestas plantadas (em há) com eucalipto no período de 2005-2007. (Tabela Comparativa).

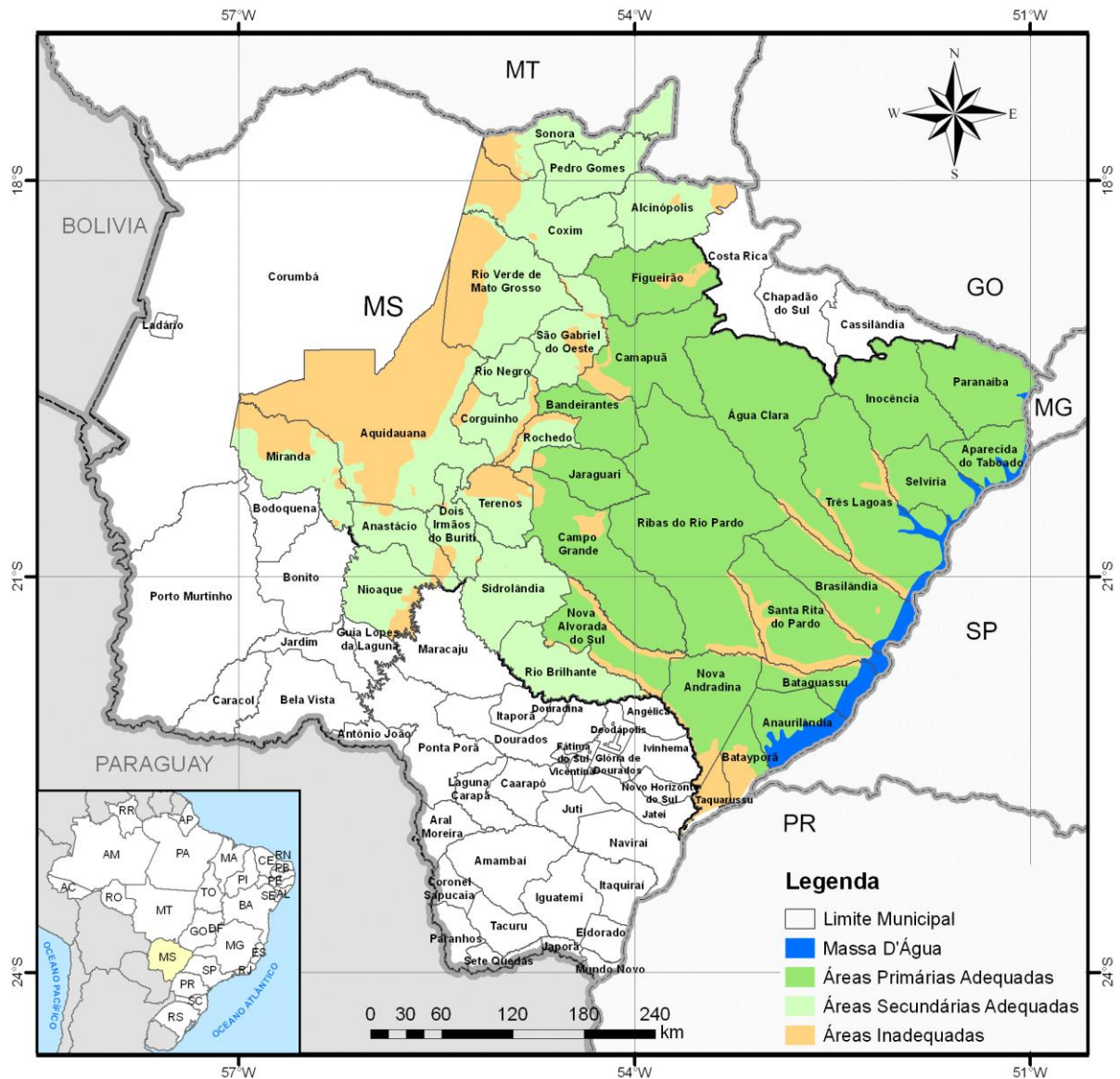
Eucalipto	2005	2007	%
MG	1.119.259	1.105961	-1,19%
SP	798.522	813.372	1,86%
PR	114.996	123.070	7.02%
BA	527.386	550.127	4,315
SC	61.166	74.008	21%

RS	179.690	222.245	23%
ES	204.035	208.819	2,34%
PA	106.033	126.286	19,10%
MA	60.745	106.802	75,75%
MS	113.432	207.687	83,09%
GO	47.542	51.279	7,86%
AP	60.087	58.874	-2,02%
MT	42.417	57.151	34,74%
Outros	25.285	46.186	82,66%
Brasil	3.407.204	3.751.867	10,12%

Fonte: ABRAF, STCP 2007. (www.abraflor.org.br).

Esta expansão violenta dos plantios de eucalipto na região também tem a ver com a política de desenvolvimento florestal divulgada pelo governo do Estado em 2009 por meio de um Plano Estadual de Florestas e que tem como meta atingir uma área de um milhão de hectares plantados com árvores, principalmente com a espécie de eucalipto, até o ano de 2030. Porém durante o 2º Congresso Florestal os representantes do setor florestal do MS afirmaram que com certeza antes do ano de 2020 já estará atingida a meta de um milhão de hectares plantados com espécies de árvores comerciais. A região escolhida para esta atividade econômica é a região Leste do Mato Grosso do Sul, na bacia do rio Paraná, onde se encontram terra e água em abundância, como bem ilustra a figura 1.

Figura 1- Localização da Região para a Implantação do PEF/MS



Fonte: SEPROTUR 2009

A instalação da primeira grande indústria de celulose e papel no Estado serviu como um dos motivos para que o SEBRAE/MS, a REFLORE/MS (Associação Sul-Mato-Grossense de Produtores e Consumidores de Florestas Plantadas), a FAMASUL (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul), a FIEMS (Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso do Sul), o BB (Banco do Brasil) e o Governo do Estado decidissem adotar o planejamento estratégico como ferramenta para a expansão dos monocultivos de árvores do Setor Florestal de Mato Grosso do Sul. Para tanto requisitaram a STCP Engenharia de Projetos LTDA., para a elaboração do Plano Estadual de Florestas. Neste plano estão definidas as “Áreas Primárias Adequadas” e as “Áreas Secundárias Adequadas”

considerando vários elementos como favoráveis à expansão dos monocultivos de árvores: relevo plano, clima adequado, maior parte das terras utilizada para pastagens, estrutura fundiária com grandes propriedades com titulação regularizada, a flexibilização do licenciamento ambiental pelo Estado para plantios florestais, linhas de crédito, investimento do governo estadual na recuperação e pavimentação de estradas de rodagem estaduais, duas ferrovias (novoeste e ferronorte), energia elétrica e gás disponível, rios Paraná e Paraguai navegáveis, posição estratégica do estado em relação a mercados consumidores (nacional e internacional), rentabilidade da pecuária baixa, áreas consideradas degradadas pela pecuária, presença da indústria de celulose e papel no Estado.

PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO NA MICRORREGIÃO DE TRÊS LAGOAS

A partir da discussão apresentada anteriormente, podemos afirmar que o modelo de agricultura desenvolvido no Mato Grosso do Sul e também na Microrregião de Três Lagoas, é questionável ao se fazer a pergunta: a quem beneficia? Os dados até agora apresentados demonstram com perceptibilidade que os beneficiados são os grandes proprietários de terra. Eles sempre aguardam a oportunidade mais propícia para arrendá-las à atividade que gera maior renda ou vendê-las, quando o hectare estiver mais valorizado, como ocorreu e ainda se mantém aquecido com a instalação da atual FIBRIA.

Este modelo de desenvolvimento agrícola que une os donos do capital aos detentores das terras e ao poder político local, está transformando a Microrregião de Três Lagoas, no então chamado “Vale da Celulose”. São eles que estão dizendo o que é bom ou ruim para a região/lugar. E para tanto se beneficiam de mecanismos legais como, por exemplo, de audiências públicas para legitimar o tipo de desenvolvimento local que interessa para o capital.

Santos (1997) tem razão quando afirma que as inovações tecnológicas que estão a serviço do grande capital não conhecem fronteiras a não ser a busca incessante do lucro.

[...] Em sua versão contemporânea, a tecnologia se pôs a serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos Estados, nem dos recursos, nem dos direitos humanos são levados em conta. Nada é levado em conta, exceto a busca desenfreada do lucro, onde quer se encontrem elementos capazes de permiti-lo. (SANTOS, 1997, p.144).

Este modelo de desenvolvimento do modo de produção capitalista é parte do processo atual da globalização da economia que, ao mesmo tempo, em que busca homogeneizar e integrar culturas, também gera processos de estratificação, segregação e exclusão. Mas o processo de globalização tenta criar um sentimento de que não é possível criar nada diferente nos países além do que é apresentado pelos que organizam/controlam o sistema-mundo. Esse processo é vivenciado no município de Três Lagoas, ou seja, a expansão de um modelo de desenvolvimento local direcionado por interesses do capital internacional, que não respeita as fronteiras dos estados e dos municípios. Os impactos de atuação da Fibria não se resumem ao município de Três Lagoas como também não se resumem aos impactos ocorridos na área rural.

Por outro lado o capital nacional e internacional escolhe o lugar que apresentar maiores vantagens para receber atividades industriais, estimulando assim a concorrência entre os lugares/regiões. Neste sentido, alguns lugares serão mais globalizados e outros menos. Milton Santos em sua obra “A Natureza do Espaço”, afirma que este momento do capitalismo globalizado vai provocar uma “guerra de lugares”.

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude de condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral) (SANTOS, 1997, p.197).

No nosso entender é esta aliança de abundância de recursos naturais (principalmente terras baratas e abundância de água) e incentivos governamentais que fez de Três Lagoas a região que nos últimos dez anos mais se industrializou no estado de Mato Grosso do Sul. Recursos naturais e incentivos governamentais, associados a uma mão de obra barata, têm estimulado o estabelecimento de diversas empresas nacionais e internacionais, fazendo de Três Lagoas um lugar mais globalizado que o restante da região Leste do Estado.

No entanto, este processo de industrialização pode trazer sérios problemas políticos, sociais e ambientais para a comunidade local, como já afirmava Milton Santos em sua obra “A Natureza do Espaço”.

O investimento público pode aumentar em uma dada região, ao mesmo tempo em que os fluxos de mais-valia que vai permitir irão beneficiar algumas firmas ou pessoas, que não são obrigatoriamente locais. Essa contradição entre fluxo de investimentos públicos e fluxo de mais-valia consagra a possibilidade de ver acrescida a dotação regional de capital constante ao mesmo tempo em que a sociedade local se descapitaliza. Da mesma forma, a vulnerabilidade ambiental pode aumentar com o crescimento econômico local.

Esses fenômenos podem ser paralelos ao do “esvaziamento” político local, com repercussões diretas ou indiretas em escala mais ampla, como a região ou Estado. Na medida em que os atores recém-chegados tragam consigo condições para impor perturbações, o acontecer em uma dada fração do território passa a obedecer uma lógica extralocal, com um quebra às vezes profunda dos nexos locais (SANTOS, 1997 p. 202).

Este processo tem produzido uma nova regionalização do espaço brasileiro em que aumenta as desigualdades e diferenças regionais, porque há uma luta de classes travada pela sociedade no processo de produção de sua existência.

A lógica do desenvolvimento do modo capitalista de produção é gerada pelo processo de produção propriamente dito (reprodução ampliada/extração da mais-valia/produção do capital/extração da renda da terra), circulação, valorização do capital e reprodução da força de trabalho. É essa lógica contraditória que constrói /destrói formações territoriais em diferentes partes do mundo ou faz com que frações de uma mesma formação territorial conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital, conformando as regiões (OLIVEIRA, 2005, p.75).

Neste sentido, reafirmamos que ao discutirmos desenvolvimento local/regional, não estamos tratando de qualquer padrão de desenvolvimento. Trata-se, em primeiro lugar, de um padrão de desenvolvimento que não polua, que não gere montanhas de resíduos, que não agrida a natureza, que não gere exclusão social, para o que é necessário balizar-se pelo princípio da sustentabilidade. No nosso entender, esta concepção contrapõe-se à lógica imposta na implantação dos Grandes Projetos de Investimento - GPIs, os quais diminuem as oportunidades de autonomia dos atores locais e, politicamente, reduzem o poder local, impondo sua lógica setorial, abstraindo benefícios e socializando custos.

No momento atual, presenciamos uma fase do capitalismo neoliberal que busca de todas as formas ampliar a acumulação de riqueza utilizando-se do expediente da superexploração da força de trabalho, enquanto estados e municípios travam uma verdadeira guerra fiscal, cada um procurando oferecer maiores

vantagens aos empresários (como isenção de impostos e doação de infra estrutura) para atraí-los para o seu estado ou município com a ilusão da geração de empregos.

O município de Três Lagoas é o exemplo mais evidente deste processo de industrialização local à qualquer preço. Neste sentido, procuramos evidenciar por meio deste trabalho que a International Paper/IP e a FIBRIA vieram para Três Lagoas porque aqui lhes foram dadas as melhores condições políticas e econômicas. Ou seja, aquelas condições que lhes permitem aumentar exponencialmente o seu capital, tais como: terra em abundância para a monocultura do eucalipto, clima favorável para o desenvolvimento rápido da madeira do eucalipto, grande disponibilidade de água, grandiosas isenções fiscais a fim de facilitar os seus lucros, baixa organização sindical e da sociedade civil.

Logo, rebatemos os discursos contrários e reiteramos que a IP e a Fibria não vieram para investir na conservação do meio ambiente como querem convencer a opinião pública de Três Lagoas com frases de efeito nos vagões que transportam para o global a riqueza gerada localmente.

Lembramos que com elas vieram uma série de outras indústrias para se estabelecerem em Três Lagoas, em especial do setor químico que fornece os elementos necessários no processo de industrialização da madeira para transformá-la na pasta de celulose e no papel branco, entre os quais: soda, sulfeto, dióxido de cloro e clorato de sódio. É por este motivo que este tipo de indústria é considerada por pesquisadores como uma das mais poluentes do setor, situação que as tem expulsado dos chamados países do Primeiro Mundo.

Outro elemento que merece uma atenção especial é o volume de dólares aplicados na construção da indústria. Segundo informação da própria empresa foram aplicados 1.5 bilhões de dólares para gerar aproximadamente 335 empregos diretos. Ou seja, para gerar um emprego direto a Fibria investiu 4.4 milhões de dólares. A isso chamam de progresso e desenvolvimento!

Mas é preciso reiterar que não se trata de fazer o discurso simplista contra a instalação das indústrias na Microrregião Três Lagoas, mas analisar alguns elementos que precisam ser considerados quando se procura atrair determinadas indústrias que de antemão já são reconhecidamente causadoras de desequilíbrios ambientais e precarização das condições de trabalho.

Neste sentido, é providencial resgatar o pensamento de Joésio, sócio-diretor da STCP (Engenharia de Projeto LTDA), ao expor aos participantes do 2º Congresso Florestal o modelo de desenvolvimento, proposto pelo atual governo no Plano Estadual de Florestas:

Nós só vamos conseguir desenvolver se nós tivermos um modelo de empresas âncora. Essas empresas é que trazem o verdadeiro desenvolvimento. Agridem o ambiente? Agridem. Traz resposta econômica? Traz. É bom? Aí a decisão é de vocês. Vocês é que tem de pensar se isso é bom. Mas esse é o modelo (Joésio, Transcrição da palestra⁵)

Junta-se a isso o fato do setor florestal oferecer um trabalho de condições extremamente precarizadas, uma vez que são trabalhadores na sua maioria migrantes e de contratos temporários, pois o tempo dos contratos dura enquanto durar o plantio, período que mais emprega mão de obra. Depois, durante os próximos sete anos são necessários poucos trabalhadores para realizar os tratamentos culturais do eucalipto até a sua fase de colheita, que está bastante mecanizada.

É importante ressaltar que o setor florestal além de oferecer um emprego precarizado, gera, em média, um emprego a cada 100 hectares, muito inferior ao número de empregos gerados no processo da Reforma Agrária. E mais grave quando verificamos que na Microrregião de Três Lagoas houve a extinção de centenas de empregos que eram oferecidos pela atividade da pecuária conforme relato de camponeses e sítiantes das comunidades do Arapuá e Garcias, no município de em Três Lagoas⁶.

[...] Dois, geralmente trabalhava dois. Agora não tem nenhum. Entendeu. Desmanchou até a sede. Arrendou só a terra mesmo. Então isso foi uma perda grande pro lugar, porque aquelas pessoas que eram funcionário de fazenda, eles eram fixo do lugar. Eles faziam o movimento. Tinham família. Tudo com família. Por exemplo, aqui pro lado do rio Verde tinha a fazenda Rio Verde. A fazenda Rio Verde tinha muito funcionário. Era de dez a doze famílias também que trabalhava lá. Tinha a Pombo Verde, tinha muita fazenda que era muito funcionário. Hoje em dia acabou tudo. A fazenda Sé que era enorme. Então o nosso distrito aqui tá pacato. É ilusão que a gente pensa que esse negócio aí vai trazer progresso pro nosso lugar. Porque antigamente era bem mais movimentado que hoje. Isso até o próprio Antonio sabe disso aí... Era fixo. Hoje os empregos que vem é passageiro. Eles traz gente de Minas.... faz aquele

⁵ Transcrição da gravação da palestra realizada por Joésio no 2º Congresso Florestal do MS, realizado em junho de 2010, em Campo Grande, representando a STCP.

⁶ Depoimento de sítiante, morador há trinta e três anos no distrito Arapuá, município de Três Lagoas.

movimento. Traz gente da Bahia, de Pernambuco. Faz aquele movimentão. Daqui um mês tudo vai embora [...] (Sitiante do distrito Arapuá, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como procuramos demonstrar, a partir dos dados dos censos agropecuários, a agricultura camponesa tem uma importância econômica e social para a Microrregião enquanto a principal produtora de leite, sendo também o extrato de área que mais ocupa pessoas no campo. Já o monocultivo de eucalipto, por um lado emprega um número reduzido de trabalhadores, por outro, ao arrendar terras para o plantio de eucalipto desemprega os trabalhadores que estão há anos ocupados nas fazendas de gado. Segundo o coordenador do setor de Meio Ambiente da Empresa Fibria⁷, 90% da produção da celulose da fábrica Horizonte, situada em Três Lagoas, é exportada. Outro dado preocupante está relacionado com as áreas de terra destinadas para a produção de alimentos que cada vez mais está ficando reduzida dando lugar para os plantios de eucalipto e criando obstáculos para a aquisição de terras para a Reforma Agrária.

Acreditamos que este não seja o melhor caminho a ser construído para a Microrregião de Três Lagoas e nem para o Mato Grosso do Sul.

REFERÊNCIAS

CODESSUL(COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DE MATO GROSSO DO SUL). *O Maciço Florestal de Mato Grosso do Sul. Uma opção de investimento*, Campo Grande, julho de 1985, cartilha.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agropecuário*, 1995/96.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo agropecuário*, 2006.

⁷ Palestra proferida pelo engenheiro florestal Renato, coordenador de Meio Ambiente da Fibria, durante a visita dos alunos da UNESP de Presidente Prudente, no dia 06 de outubro de 2010, ao parque Industrial da Fibria.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A Geografia Agrária e as transformações territoriais recentes no Campo Brasileiro*. In. CARLOS, Ana Fani A. (Org.) *Novos Caminhos da Geografia*. São Paulo: Editora Contexto, 2005, p. 63-110.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.